MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

TC 024.566/2015-2

Tomada de contas especial

Ministério da Justiça (MJ)

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Justiça em razão da inexecução do objeto do Convênio Senasp/MJ 674/2008, firmado com o Estado do Amapá, por meio da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (Sejusp/AP), para construção da Delegacia de Crimes contra a Mulher na Zona Norte de Macapá/AP. A avença teve vigência entre 30/12/2008 e 31/12/2010 e foram repassados recursos federais da ordem de R\$ 630.000,00, com contrapartida de R\$ 70.000,00 pelo ente federado.

2. O tomador de contas concluiu pela existência de débito no montante integral transferido, sob a responsabilidade do Sr. Marcos Roberto Marques da Silva, titular da Sejusp/AP entre 1/1/2011 e 31/12/2014, haja vista não terem sido alcançados os objetivos pactuados, em decorrência da não conclusão da obra.

3. No âmbito deste Tribunal, foram inicialmente citados o Sr. Aldo Alves Ferreira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e signatário da avença, e a empresa R & G Construções Ltda. contratada para execução dos serviços. Posteriormente, a unidade técnica realizou diligências adicionais e concluiu pela necessidade de citar os Srs. Marcos Roberto Marques da Silva, secretário sucessor, Giovani Monteiro da Fonseca, engenheiro responsável pela obra, e Antônio Carlos Soeiro de Sousa, Coordenador da CPP da Sejusp/AP.

4. Efetuadas as citações, apenas o Sr. Aldo Alves Ferreira apresentou defesa, a qual foi objeto de análise na peça 95, cujo encaminhamento é no sentido de julgar regulares com ressalvas as contas desse responsável e irregulares as dos demais, condenando-os solidariamente ao ressarcimento do débito e aplicando-lhes multa.

5. Não obstante concorde com o mérito proposto, dirirjo, com as vênias de estilo, da responsabilização cogitada.

6. O Sr. Aldo Alves Ferreira tenta se esquivar da responsabilidade pelo dano causado aos cofres federais, argumentando que os pagamentos eram autorizados com base na apresentação de boletins de medição e em manifestações dos profissionais que acompanhavam as obras. De fato, a documentação constante dos autos contempla documentos de aferição do estágio da construção, acompanhados das respectivas notas fiscais e dos expedientes relativos à autorização dos pagamentos.

7. Entretanto, o conjunto probatório também revela que, conquanto a totalidade dos recursos tenha sido repassada em 16/1/2009 (peça 15) e utilizada integralmente até 22/2/2010, portanto, dentro da gestão do Sr. Aldo Alves Ferreira, os serviços não foram concluídos como previsto no contrato firmado. Assim, não há como afastar a existência de nexo de causalidade entre as condutas do responsável e o dano causado, visto que lhe cabia, na condição de signatário da avença, zelar pela correta aplicação do valor recebido, bem assim pelo alcance do objetivo pactuado.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

8. Mesmo que se reconheça a participação de outros responsáveis, como adiante se fará, não se pode desconsiderar que o então secretário, além do compromisso decorrente do convênio firmado, tinha o dever de acompanhar a execução do objeto, sendo-lhe imputável, desse modo, culpa *in vigilando*.

9. No caso do Sr. Giovani Monteiro da Fonseca, assinou a documentação relativa a todos os boletins de medição (peça 45, p. 229-329, e peça 46, p. 6-39), além do verso de seis das sete notas fiscais emitidas pela contratada (peça 45, p. 267, 291, 311, 331, e peça 46, p. 20 e 42). Como agravante, embora tivesse ciência da situação da obra, assinou termo de recebimento provisório cujo conteúdo afirmava estar tudo de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Senasp/MJ (peça 45, p. 223).

10. Em relação ao Sr. Antônio Carlos Soeiro de Sousa, na condição de Coordenador da CPP/Sejusp-AP, declarou, ao final do Relatório Circunstanciado do Cumprimento do Objeto, que o objeto firmado foi cumprido de acordo com o projeto básico e com o plano de trabalho (peça 45, p. 45-53).

11. Resta claro, com base nas constatações acima evidenciadas, que a responsabilidade pelo pagamento integral por obra inacabada deve recair sobre os Srs. Aldo Alves Ferreira, Giovani Monteiro da Fonseca e Antônio Carlos Soeiro de Sousa, visto que, embora cientes da inexecução parcial do convênio, fizeram crer, para fins de prestação de contas, que o objeto tinha sido executado.

12. No tocante à empresa contratada, penso que também deva responder solidariamente pelo dano, visto que o contrato com ela firmado previa o pagamento de R\$ 698.278,97 para construção da delegacia e, embora tenha recebido R\$ 737.290,37, não cumpriu com sua obrigação. Concorreu, portanto, para a materialização de prejuízo ao erário, de modo que somente poderia se eximir da responsabilidade caso tivesse adimplido o contrato firmado.

13. Quanto ao Sr. Marcos Roberto Marques da Silva, embora reconheça a necessidade de maior proatividade de sua parte no que se refere à adoção de medidas para concluir a delegacia, entendo que, ante a inexistência de recursos disponíveis para dar continuidade ao objeto, não é possível responsabilizá-lo pelo dano. Como dito anteriormente, foi o Sr. Aldo Alves Ferreira quem geriu integralmente os recursos durante a vigência do convênio, despendendo todo o valor sem que a empresa tivesse concluído a obra. Ademais, seu sucessor desincumbiu-se da obrigação de prestar contas em 9/2/2011, dentro do prazo concedido, conforme evidencia o ofício na peça 45, p. 9.

14. Diante do exposto, renovando as vênias por dissentir parcialmente do encaminhamento sugerido pela unidade técnica, este membro do Ministério Público de Contas propõe:

I – com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, c/c os arts. 19 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas do Sr. Marcos Roberto Marques da Silva (CPF 210.147.872-20), dando-lhe quitação plena;

II – julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c” e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas de R & G Construções Ltda. (CNPJ 04.934.563/0001-08), Aldo Alves Ferreira (CPF 725.800.118-20), Giovani Monteiro da Fonseca (CPF 287.792.152-20) e Antônio Carlos Soeiro de Sousa (CPF 254.623.772-15), condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei;

Datas das Notas Fiscais	Valor Histórico - R\$
21/10/2009	38.040,35
19/11/2009	123.274,88
16/12/2009	145.620,22
30/12/2009	63.512,28
25/1/2010	108.716,70
5/2/2010	84.624,75
22/2/2010	103.501,19
TOTAL	667.290,37

III – aplicar individualmente a R & G Construções Ltda. (CNPJ 04.934.563/0001-08), Aldo Alves Ferreira (CPF 725.800.118-20), Giovani Monteiro da Fonseca (CPF 287.792.152-20) e Antônio Carlos Soeiro de Sousa (CPF 254.623.772-15) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido por este Tribunal até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

IV – autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

V – enviar cópia do Acórdão a ser prolatado, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentarem à Procuradoria da República no Estado do Amapá, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

VI – enviar cópia do Acórdão que vier a ser proferido à Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/MJ e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador